



Política de Assistência Estudantil praticada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Amália Xavier Resende¹; Hester Piedade Caffé Filho²; Eduardo Tadayoshi Omaki³

Resumo: O presente trabalho pretende demonstrar as ações da Política Pública de Assistência Estudantil - PPAE da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, num cenário em que a educação superior no Brasil tem passado por várias transformações significativas ao longo dos anos e vem galgando conquistas ainda tímidas no que se refere ao ideal atendimento das necessidades dos estudantes, principalmente dos que estão em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-Chave: Assistência estudantil. Política pública. Desigualdade.

Student Assistance policy practiced by the Federal University Vale do São Francisco - UNIVASF

Abstract: This article discusses the actions of the Public Policy of Student Assistance (PPAE) of the Federal University Vale do São Francisco - UNIVASF, in a scenario where higher education in Brazil has undergone several significant changes over the years and has been chalking up achievements still shy when it comes to the ideal support for the needs of students, especially those who are in high socioeconomic vulnerability.

Keywords: student assistance. Public policy. Inequality.

Introdução

Entendendo a PPAE como política pública social, ela tenta diminuir o impacto negativo deixado pela herança da desigualdade na sociedade brasileira e busca democratizar o acesso e a permanência nas Universidades para os estudantes oriundos das camadas mais pobres. Cohen e Franco trouxeram uma reflexão interessante sobre a política social, descrevendo que a mesma:

...cumpre o objetivo de investir em recursos humanos (que pode ser interpretado como “ensinar a pescar”), mas necessita que o sistema produtivo (o econômico) esteja em condições de demandar esse pessoal. É preciso, continuando com a metáfora, que exista um rio que tenha peixes onde possa ser aplicada essa habilidade adquirida. Além disso, o “dar peixe” não deve ser descuidado, isto é, os subsídios aos setores carentes, que é outra grande vertente da política social. Não sendo assim, é provável que não possam chegar ao momento em que estejam em condições de pescar. (COHEN e FRANCO, p. 22, 1994).

¹ Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail:

² Mestrado em Gestão Pública. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: hesler.caffe@univasf.edu.br;

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.



Relacionando a reflexão acima com o contexto da PPAE a ser perquirida nesse proposto, o “peixe” pode ser encarado como o auxílio ou “subsídio” dado através das ações da PPAE e nesse caso, é importante entender até que ponto a conjuntura de vida dos estudantes que recebem esses auxílios enquanto graduandos, está sendo garantida para a busca da pesca autônoma de cada um depois de sua formação. Por isso, a condição de permanência, o “dar peixe” não deve ser descuidado, se de fato não conseguir garantir que os estudantes possam cursar de forma democrática e adequada, eles não serão eficientes profissionais para terem “as condições de pescar” bem sozinhos pós-academia. Nesse sentido, a proposta de trabalho delimita-se na apresentação da PPAE da UNIVASF quanto ao apoio efetivo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O objetivo geral desse trabalho foi conhecer as práticas de Assistência Estudantil da UNIVASF, seguido pelos objetivos específicos : a) Realizar levantamento bibliográfico sobre políticas públicas estudantis; b) Mapear o amparo legal das PPAE; c) Demonstrar as políticas de Assistência Estudantil da UNIVASF.

A proposta se justifica devido à inexistência de documentos oficiais que explicitem a PPAE adotada até o momento pela Assistência Estudantil da UNIVASF e assim entender como evoluiu o seu planejamento dentro da Instituição que tem apenas onze anos de existência.

Diante do exposto, nos indagamos: Quais as ações da Política Pública de Assistência Estudantil – PPAE, realizadas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, na atual conjuntura?

Políticas Públicas

A formação da sociedade foi um fato curioso e essa mesma sociedade que não é una, carrega consigo muitas peculiaridades que a torna cada vez mais distinta e especial. RUA afirmou que:

... a principal característica da sociedade é a diferenciação social. Seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Por serem diferentes, os indivíduos trarão contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas etc. RUA (p. 12, 2012).

Para esse trabalho, é importante considerar a palavra “demanda” dentro desse contexto de sociedade diversa. Essa diversidade entra num cenário de “diferenças”, e num sentido mais específico, desigual. Essa desigualdade é clara numa sociedade em que o poder público não consegue abraçar todas às demandas existentes.



As necessidades existem há muito tempo, mas a efetividade dos estudos relacionados a políticas públicas no Brasil são consideradas recentes. Carvalho destacou que:

É mister considerar que, especificamente no Brasil, os estudos sobre políticas públicas são recentes e, segundo Farah (2011) e Trevisan e Bellen (2008), só ganharam notoriedade nos anos de 1980, quando os desafios impostos pela redemocratização trouxeram à tona questões relativas ao poder e à política,... (CARVALHO, p. 20, 2013).

Apesar de esse tema ser novo no Brasil, Souza (p.03, 2006) informa que “Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.” Robert McNamara foi o introdutor desse tema no governo dos EUA e com o tempo, de acordo Souza (p.04, 2006), “A proposta de aplicação de métodos científicos... às decisões do governo... se expande depois para outras áreas..., inclusive para a política social.”

Os anos 80 foram considerados o período da abertura política no Brasil, época em que tomava lugar à redemocratização no país, com a participação das pessoas e maior engajamento social. Mas até lá, Rua apud Farah relatou que:

Até o início da década de 1980, as políticas públicas no Brasil se caracterizavam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, pela fragmentação setorial e institucional e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação, da implementação dos programas e do controle da ação governamental. Havia mecanismos de articulação entre o Estado e a sociedade, mas a incorporação dos atores ao processo decisório era excludente e seletiva. (RUA, p. 45, 2012, apud FARAH, 2001).

Ainda hoje acontece essa seleção e exclusão, mas de forma menos aparente, pois com a redemocratização veio à descentralização e a oportunidade de participação não somente dos cientistas políticos, mas também dos cidadãos na elaboração e implementação das políticas públicas no Brasil. A agenda de reforma tomou formato diferenciado a partir de então, pois, segundo Rua apud Farah:

Participaram da definição dessa agenda os movimentos sociais e diversas categorias profissionais envolvidas na prestação de serviços públicos, cuja atuação os colocava em contato direto tanto com a população atendida como com os excluídos do atendimento estatal. (RUA, p. 45, 2012, apud FARAH, 2001).

Com esse movimento crescente, o conceito de Políticas Públicas foi amadurecendo até ser elaborado com maior clareza. Um conceito trazido por Souza (p. 05, 2006) apud Peters (1986) diz que, “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. A autora completa trazendo que “A definição mais conhecida



continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.”.

De forma mais ampla, “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (Souza, p. 07,2006). A autora tocou em pontos-chaves ao tratar sobre (democracia, plataforma eleitoral, ações e resultados). Ao falar em democracia lembra-se de participação popular. O cidadão reivindica suas necessidades e elas são ponderadas nas agendas políticas. Rúa (p. 04, 2012) julga que “Uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas,..., e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse.”. A plataforma eleitoral dependerá da agenda e dos atores envolvidos, os quais competem entre si para ganhar na luta pela importância de demanda a ser considerada na formação da agenda. Rúa (p.05, 2012) ainda traz que “A formação da agenda é fortemente afetada, de um lado, pelos atores políticos; e, de outro, pelos processos de evidenciação dos temas.”. Tudo isso impacta nas ações e conseqüentemente nos resultados das políticas públicas elaboradas e implementadas. Para complementar a argumentação, a autora Rúa acrescentou uma especificação sobre a agenda conforme segue:

Bastante distinta é a “agenda governamental”, pois reúne os problemas que um governo específico escolheu tratar. Sua composição dependerá da ideologia, dos projetos políticos e partidários, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas. (RUA, p.05, 2012).

Dentro desse cenário de dependência entre tantos fatores, o que mais deveria ser relevante são as demandas, elas são o ponto crítico de toda e qualquer movimentação, seja para escolha, dentro de temas mais significativos, seja para elaboração e/ou implementação da política pública. O fato é que, de alguma forma àquela necessidade deve ganhar força para se sobressair dentre outras, apesar de tantas considerações no meio do caminho.

Isso é exemplificado a seguir com a construção lenta e gradual de acontecimentos que fortaleceram a Assistência Estudantil até chegar ao formato atual. Muitas ponderações foram feitas, muitos atores se envolveram em algum momento no tempo tornando evidente, em uma época, a demanda gerada pelos estudantes universitários pela sua entrada e manutenção durante o curso superior devido suas necessidades socioeconômicas.

Assistência Estudantil - AE no Brasil – História e Conquistas



De forma tímida, a Assistência Estudantil surgiu num contexto de necessidade de suporte aos estudantes de graduação de baixa renda, na tentativa de fazer com que os mesmos conseguissem o acesso e a permanência na Universidade até concluir seu curso superior. O tema foi sendo discutido até ser feita mais claramente uma estruturação adequada para definir o que significa a Política de Assistência Estudantil. Dentre vários autores, Oliveira definiu a Política de Assistência Estudantil como sendo:

... um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrente da insuficiência de condições financeiras. (OLIVEIRA, p. 63, 2012).

As políticas de Assistência Estudantil vêm sendo desenvolvidas no Brasil há alguns anos. O registro mais antigo sobre o tema foi em 1928. Costa (p. 04, 2009) afirmou que “A primeira manifestação prática de auxílio ao estudante... Foi à construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo, pois o governo brasileiro o responsável pelo repasse de verbas para sua construção e manutenção.”.

Dentre outros acontecimentos, a participação dos Pró-Reitores das Universidades em movimentos que chamariam a atenção para o tema foi de substancial relevância como tratado a seguir. Em 1985 ocorreu o I encontro nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, na cidade de Florianópolis/SC, de 27 a 30 de novembro, (Oliveira, p. 14, 2012). Esse foi o marco para iniciação da elaboração das ações nas IFES voltadas às políticas de assistência estudantil no Brasil. Oliveira ainda explicou que:

Ao final do encontro, concluiu-se que havia a necessidade de se criar um Programa na Secretaria de Ensino Superior Sesa / MEC com a adequada dotação orçamentária, para atender a área de apoio e promoção de estudantes universitários. (OLIVEIRA, p. 14, 2012).

Isso significou um avanço, pois com o orçamento a ser direcionado para a Assistência Estudantil ficaria mais apropriado e oportuno planejar as ações a serem executadas.

No II encontro, que ocorreu na cidade de Belo Horizonte - MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, foi deliberada a necessidade de criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários – FONAPRACE, “o qual passaria a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área.” Oliveira (p.15, 2012). Mesmo com essas conquistas, Oliveira trouxe na fala do professor Kleber Salgado Bandeira, participante do fórum desde o início, o que ocorria de fato:



...nos primeiros anos de existência do Fórum as reuniões eram lastimáveis e sem perspectiva de futuro, onde a grande maioria das IFES não possuía nenhuma política ou programa de Assistência Estudantil, a não ser a existência de alguns Restaurantes e Residências Universitárias totalmente saqueadas, e Programas de Bolsas Estudantis ineficientes... (OLIVEIRA, p. 18, 2012).

Isso foi um alerta e por consequência, deu-se início entre 1993 e 1996 a “levantamentos e pesquisas sobre Residências Universitárias, Restaurante Universitário, Saúde do Estudante, dentre outros temas...” (Oliveira, p. 19, 2012). Outra dificuldade no início foi o desdobramento dos coordenadores dos Assuntos Estudantis para convencer os gestores das Universidades a investirem na AE com seus próprios recursos. Com isso surgiu então um tema fundamental: “Assistência Estudantil: uma questão de investimento” (Oliveira, p 21, 2012). Esta frase passou a ser uma espécie de bandeira do FONAPRACE para que se firmasse a AE como uma fundamental ferramenta no processo ensino-aprendizagem. Em 1999 foi levantado esse lema no intuito de chamar atenção para causa e com isso, foi decidido que a maioria das reuniões seria feita em Brasília para que a proximidade com a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior fosse mais efetiva. Após isso, Oliveira mencionou um avanço:

... no ano 2000, o FONAPRACE, em audiência com o relator do PNE – **Plano Nacional de Educação**, entregou um documento de apresentação do Fórum, um exemplar da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes, formalizando uma solicitação de inclusão, no PNE, da AE e de indicadores para a permanência estudantil nas IES públicas... Esse trabalho materializou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil... (**grifo nosso**) (OLIVEIRA, p. 24-25, 2012).

A importância desse ato traduziu a esperança em vislumbrar um planejamento adequado e voltado especialmente para abarcar o perfil sugerido no estudo e serviu também para concretizar em números, a demanda real pela Assistência Estudantil. A ANDIFES foi muito importante em todo esse processo, pois Almeida cita que:

Desde sua criação, a ANDIFES demonstra preocupação com a institucionalização, manutenção e incremento das políticas públicas relacionadas à assistência estudantil. Através do FONAPRACE..., foram providenciados estudos e pesquisas visando identificar o perfil socioeconômico dos estudantes das Instituições Federais de ensino superior no período de 1996-1997, 2003-2003 e 2010-2011. (ALMEIDA, p. 58, 2013).

De 2003 a 2010 foi finalmente reconhecida à importância da AE nas IFES do Brasil e isso foi colocado em pauta no planejamento do governo, juntamente com a expansão e reestruturação das universidades.

Na 40ª Reunião do FONAPRACE, de 18 a 20 de outubro/2006: “... o professor Álamo Pimentel (UFBA) propôs a criação de um “Programa Nacional de Bolsas Permanência”,



imprescindível para viabilização de uma política de inclusão social nas universidades públicas.”, foi o primeiro apontamento para a necessidade de um programa nesse contexto.

No ano de 2009 houve uma grande preocupação com a alteração do perfil de entrada dos estudantes nas IFES, que seria a inserção do ENEM para ingresso dos estudantes, isso mudaria significativamente a demanda por bolsas/recursos devido à alteração do perfil socioeconômico dos estudantes, então, foi realizada em 2010, outra Pesquisa Socioeconômica e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, confirmando mais ainda em seus resultados o que haviam temido, ou seja, a alteração do perfil dos estudantes e a necessidade real da atuação da assistência nas IFES.

Na história da AE várias conquistas foram alcançadas, mas, Oliveira (p. 67, 2012), demonstra preocupação com o seguinte desafio, inserir a AE “... na práxis acadêmica e entendê-la como direito social...”, e ainda segundo ele, “é romper com a ideologia tutelas do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado”. Seguem outros desafios que também deverão ser enfrentados, segundo Oliveira:

Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil nas IFES, por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnico-administrativos... Fortalecimento da assistência estudantil a partir da relevância das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, com vistas à criação de Pró-Reitorias específicas em todas as IFES... Implantação e ampliação de Políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas,... e Fortalecimento de Política de alimentação com construção de restaurantes universitários nos campi, nas novas instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas IFES que não têm esse serviço...(**grifo nosso**) (OLIVEIRA, p. 71-72, 2012).

Para enfrentar esse e outros desafios, vários debates foram e ainda estão sendo feitos. Entre 18 e 19 de fevereiro de 2016 houve reunião ordinária do FONAPRACE, na qual se tratou de importantes temas, sendo um deles uma reunião com a ANDIFES para entregar ao MEC a solicitação de transformação dos projetos de Lei que estão tramitando no congresso sobre Assistência Estudantil em um único instrumento legal, ou seja, a aprovação de uma política Nacional de AE. Esse acontecimento fortaleceriam as ações em grande escala na política pública social.

No auxílio da Assistência Estudantil, ganha força atualmente as ações Afirmativas, conforme explicou Oliveira:

O debate sobre ação afirmativa para grupos específicos nas universidades brasileiras é muito recente. Isso se deve ao fato de que a educação formal, e principalmente a educação superior, sempre foi para poucos e para brancos, àqueles pertencentes às classes dominantes, devido a sua funcionalidade para manutenção dos padrões de desigualdade social e das relações de dominação. (OLIVEIRA, p. 83, 2012).



Esse tema dá grande apoio a Assistência Estudantil por adentrar no seu aspecto mais particular, a desigualdade precisando ser desmistificada, buscando mostrar que existem discrepâncias e tentando garantir aos estudantes do ensino superior seus direitos de permanência e conclusão do seu curso, pois assim vem sendo a história da AE no Brasil, ora reprimida, ora encarada e segue galgando suas conquistas.

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

Esse plano ganhou relevância, pois foi o responsável por apresentar todas as diretrizes que definem e especificam os programas e projetos relacionados à AE. Esse plano foi criado pelos gestores componentes do FONAPRACE juntamente com apoio da ANDIFES para defender o acesso e a permanência universal na Educação Superior.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi instituído pela Portaria Normativa nº 39/2007 e foi regulamentada tornando-se Decreto somente no ano de 2010. Ainda em 2007, a ANDIFES explanou sobre a importância da existência do PNAES e descreveu algumas considerações:

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (ANDIFES, p.1, 2007- 2008).

O PNAES pode ser considerado como um desses mecanismos citados acima. As áreas estratégicas de que trata o PNAES são, entre outras, permanência, a qual abarca as linhas temáticas de moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e ações voltadas a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Os mais importantes trabalhos feitos pela ANDIFES foram às pesquisas já relatadas, e essas fortaleceram a ideia da necessidade de programas que sustentem a permanência, não somente o acesso, dos estudantes universitários de baixa renda nas universidades e com isso reforçar o orçamento do PNAES. Portanto, ele é imprescindível na formação continuada do pensamento e das ações da AE no Brasil. O orçamento do PNAES é estabelecido pelos artigos 7º e 8º do Decreto 7.234 de junho de 2010, que trazem algumas orientações sobre o uso dos seus recursos do na Assistência Estudantil:

Art. 7º. Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º. Art. 8º. As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (PNAES, p. 2, 2010).

O artigo oitavo, tornou-se especialmente importante nesse contexto, pois reforçou o que foi citado acima, quando fala sobre os limites das dotações orçamentárias a depender da disponibilidade daquele período. Os recursos dispensados pelo governo federal para a Assistência Estudantil no Brasil, de 2008 a 2015 estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Financiamento da Assistência Estudantil no país

FINANCIAMENTO PNAES	
Valores em milhões de reais	Ano
125.300.000,00	2008
203.800.000,00	2009
304.000.000,00	2010
417.424.924,71	2011
512.809.338,68	2012
637.604.349,32	2013
713.567.760,01	2014
895.026.718,00	2015

Fontes: (Oliveira: 2012/ www2.camara.leg.br/atividade.../ce/...1/apresentacoes.../view 2015)

Esses valores foram disponibilizados e distribuídos entre as IFES do Brasil e cada um a sua maneira, destinou os recursos a AE.

Legislações Basilares para consolidação da Assistência Estudantil

Serão traçadas a seguir, as bases legais que corroboraram para o surgimento da AE regularizada no Brasil, a considerar a evolução da Lei relativa à educação:

Quadro 2 – Bases Legais para o surgimento da AE

BASES LEGAIS	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
Constituição Federal	CF	A Constituição de 1824 determinou que fosse gratuito o ensino para os cidadãos, mas não se especificavam quem eram eles. O Ato Adicional de 1834 reformulou essa constituição, autorizando a formação escolar dos homens livres, sendo esses, os brancos ou povo de boa sociedade, não escravos, nem pretos africanos, mesmo que fossem livres.



		<p>Passaram-se exatamente 110 anos após sua criação para que na CF de 1934, fosse citada a educação um pouco mais parecida de como se conhece nos dias de hoje, em seu Título V, “Da Família, da Educação e da Cultura”, mas ainda sem considerações sobre a AE.</p> <p>Passados mais 54 anos, na CF de 1988, o Art. 206 trouxe o capítulo I, e esse pode ser considerado como a primeira descrição constitucional na tentativa de incluir a garantia da permanência dos estudantes nas escolas – “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.</p>
Lei n. 9.394/96	DBE - Diretrizes e Bases da Educação	<p>Essa Lei, em seu Art. 1º, diz que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”. As práticas sociais incluem as ações da Assistência Estudantil na atualidade, mas não se pode afirmar que era considerada assim no ano em que foi instituída.</p> <p>Outro artigo ampara mais precisamente a AE, sendo o Art. 3º quando dispõe que “o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola;...”.</p>
Lei n. 10.172/01	PNE - Plano Nacional de Educação	Aborda-se a política de Assistência Estudantil vagamente, quando traz “a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública”.
Lei n. 10.861/04	SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	Em seu Art. 3º, essa Lei traduz o tema quando trata de inclusão social. “III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;”.
Decreto n. 6.096/07	REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, nos seus Arts 1 e 2, respectivamente, e item V. Esse decreto deu início a implantação das frases “políticas e assistência estudantil” em textos gerais relativos ao tema.
Portaria n. 39/2007	Instituiu o PNAES.	Instituiu no Sesu – Secretaria de Educação Superior do MEC o PNAES enquanto plano e na forma de Portaria, iniciando a falácia da importância da regulamentação da Assistência Estudantil e fato e nela fez as primeiras descrições das formas de garantia da permanência no ensino superior.
Decreto n. 7.234/10	PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil	<p>Sua proposta foi “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal...”.</p> <p>Seus objetivos são: “I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades. III - reduzir as taxas de retenção e evasão; sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.”.</p> <p>As áreas das ações são: “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.”.</p>
Decreto n. 7.416/10	PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil	<p>Esse regulamentou os Arts 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da disponibilização de Bolsas de Extensão e de Ensino.</p> <p>Abarcam as modalidades bolsas de permanência e Bolsas de extensão.</p>

Fontes (<http://www.planalto.gov.br/ccivil/2016/PNAES/jul. e dez. 2010>)



Até o Decreto n. 6.096/07, não houve especificação exatamente da assistência ao estudante, mas, mesmo que superficialmente, focaliza em algum momento alguma questão relacionada a ela. Observa-se também a fragilidade legal da Assistência Estudantil, pois, a Lei obriga a se fazer o que nela está descrita, mas o Decreto tem apenas força de Lei, não é obrigatório o seu cumprimento, podendo a qualquer tempo, ser sujeitado a não efetivação, pois não passou pela apreciação do legislativo, portanto, sua eficácia é menor. Torna a intervenção do Estado não obrigatória e isso poderá comprometer as ações futuras com a lógica de diminuição ou mesmo eliminação dos recursos destinados a AE.

Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho é um estudo de caso, descritivo, com planejamento ex post facto, qualitativo, com pesquisa bibliográfica e documental.

O método se delineou em um estudo de caso, por ser “uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude...” (Zanella, p. 84, 2012). Cooper e Schindler (p.130, 2003) completam essa afirmação explanando que “uma ênfase em detalhes fornece informações valiosas para a solução de problemas, avaliação e estratégia.”. Nesse sentido tem-se um estudo sobre o caso da Política Pública de Assistência Estudantil praticada na UNIVASF.

Abordou-se uma pesquisa descritiva, pois relatou os fatos exatamente como ocorreram na realidade da Instituição. No intuito de “... relatar o que aconteceu ou o que está acontecendo” (Cooper e Schindler, p. 128, 2003) explicam que esse tipo de planejamento é mais conhecido como ex post facto, pois, com ele, de forma isenta, relatamos o que já ocorreu na UNIVASF, evitando assim qualquer viés nas informações. Segundo Cohen e Franco (p. 13, 1994), “... dispor de avaliações ex-post de projetos em curso ou já realizados é fundamental para melhorar os modelos.”.

A natureza da pesquisa foi qualitativa que se caracteriza segundo Zanella (p. 07, 2012) “... em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados... e completa que possui o “... ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave”. Nesse sentido, o pesquisador descreve o fenômeno que vê nos ambientes pesquisados descrevendo como eles se manifestaram na realidade, buscando compreender os fenômenos do ponto de vista dos participantes, assim como foi feito na UNIVASF.

O levantamento e coleta de dados foram construídos por pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Zanella (p. 14, 2012) “... se fundamentam a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos.” Assim foi feito na UNIVASF, utilizando as



fontes disponíveis em livros, artigos e dados da internet; e documental, que segundo a mesma autora (p. 15, 2012) é “... semelhante à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental se utiliza de fontes documentais, isto é fontes de dados secundários.” porque os dados da Instituição estavam dispostos nos relatórios, planilhas e outros documentos oficiais da UNIVASF, assim como a pesquisa no sistema PAE – Programa de Assistência Estudantil utilizado no setor para auxiliar no processo seletivo de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil.

Na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil foram coletadas informações sobre o planejamento das seleções, as modalidades e a quantidade de estudantes atendidos, de 2006 a 2015. Zanella (p. 112, 2012) apud Lakatos e Marconi (1991) explica que “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto.”. No caso da investigação proposta, ela foi semiestruturada, pois, de acordo mesma autora (p. 117, 2012), “o entrevistador dispõe de um roteiro... no entanto, não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro,... inclui novos questionamentos durante o encontro, mas nunca perdendo os objetivos da investigação.”, e dessa forma se deu a entrevista.

Disposição e Análise dos Dados

A Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002 instituiu a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco. A mesma foi inaugurada no ano de 2004. Atualmente encontra-se composta por seis campi, dois em Petrolina - PE, distribuídos entre o campus Centro e Ciências Agrárias, três na Bahia, entre Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso e por fim, um em São Raimundo Nonato – PI, abrangendo o Vale do São Francisco e buscando garantir seu desenvolvimento a partir da atuação da Universidade ao redor dessa região.

A PROAE é o atual setor de desenvolvimento da PPAE da UNIVASF. A Pró-Reitoria de Integração – PROIN ficou responsável pelas ações da AE até o ano de 2011. Angelim explicou a criação da PROAE como sendo resultante de:

...uma movimentação de atores da comunidade acadêmica, desde 2009, durante as reuniões de preparação do documento de criação da CAE, motivada pela necessidade de dar centralidade as PPAEs na UNIVASF, como também devido à tendência observada em grande parte das IFES que, a partir de 2008, começaram a implantar pró-reitorias de assistência estudantil. (ANGELIM, p. 58, 2014).

Após a criação da PROAE, a AE ganhou maior força, pois tomou importância nas decisões políticas da Universidade. Um diferencial da Pró-Reitoria foi a formação da Câmara de Assistência



Estudantil – CAE, órgão que deliberou na criação da PROAE e que é formado pelos diversos atores da comunidade acadêmica, com participação majoritária dos estudantes.

Em 2010, a UNIVASF aderiu ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio como forma de ingresso de estudantes de toda classe social e condição econômica do Brasil e assim também como forma de abraçar a universalização ou democratização no ensino superior. Em 29 de agosto de 2012 foi aprovada a Lei 12.711, a qual instituiu a reserva de no mínimo 50% das vagas para estudantes em categorias cotistas e a UNIVASF se utiliza exatamente desse percentual de vagas, dividindo-as em categorias étnicas (negros, pardos e indígenas), de baixa renda e para estudantes advindos de escolas públicas, cursadas integralmente no ensino médio. Isso possibilitou a mesclagem de vários estudantes com diversas formas de necessidades socioeconômicas e o aumento da demanda por auxílios para permanência na Universidade, principalmente na busca por moradia longe de casa e auxílios nos variados moldes para sobreviver longe da família e do seu apoio financeiro. Isso implicou na necessidade de melhores planejamentos que abraçassem efetivamente esse público.

Ações do PNAES desenvolvidas na UNIVASF

O artigo 3º, no seu parágrafo 2º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, PNAES, regulamentou que: “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.”. Consolidando isso, desde 2012 a PROAE vem deliberando sobre as estruturas e planejamentos da PPAE de acordo as decisões na CAE.

Em 2014 começaram a funcionar os Restaurantes Universitários nos três campi, de Petrolina-PE Centro, Ciências Agrárias e Juazeiro-BA. Com a compra de seis ônibus com roteiro entre esses mesmos campi, também nesse ano, teve por sequência uma mudança singular na distribuição das modalidades de atendimento da AE entre os seis campi da Instituição, antes dividido por igual os valores dos benefícios e número de vagas de cada bolsa ou auxílio, levando em consideração a peculiaridade de cada campus, mas sem muita diferença entre a divisão citada.

Nesse sentido, a UNIVASF atua hoje nas seguintes ações elencadas pelo PNAES, por campi:

Quadro 03 – Distribuição das ações de Assistência Estudantil na UNIVASF por campus

CAMPUS	MODALIDADES	VALORES (R\$)	VIGÊNCIA
Petrolina	Auxílio Permanência	200,00	12 meses
	Auxílio Moradia	150,00	12 meses
	Restaurante Universitário P2	3,50	Contínuo
	Restaurante Universitário P1	1,50	Contínuo
	*Bolsa Permanência MEC	Até 900,00	Contínuo



Juazeiro	Auxílio Permanência	200,00	12 meses
	Auxílio Moradia	150,00	12 meses
	Restaurante Universitário P2	3,50	Contínuo
	Restaurante Universitário P1	1,50	Contínuo
	*Bolsa Permanência MEC	Até 900,00	Contínuo
Ciências Agrárias	Auxílio Permanência	200,00	12 meses
	Auxílio Moradia	150,00	12 meses
	Restaurante Universitário P2	3,50	Contínuo
	Restaurante Universitário P1	1,50	Contínuo
	*Bolsa Permanência MEC	Até 900,00	Contínuo
	Residência Estudantil	-	Contínuo
Senhor do Bonfim	Bolsa Permanência	400,00	12 meses
	Auxílio Transporte	Entre 150,00 a 200,00	12 meses
	Auxílio Moradia	150,00	12 meses
	*Bolsa Permanência do MEC	Até 900,00	Contínuo
São Raimundo Nonato	Bolsa Permanência	400,00	12 meses
	*Bolsa Permanência MEC	Até 900,00	Contínuo
	Residência Estudantil	-	Contínuo
Paulo Afonso	Auxílio Alimentação	150,00	12 meses
	*Bolsa Permanência MEC	Até 900,00	Contínuo

Fonte (PROAE/abril 2016)

*Única ação não financiada pelo PNAES, mas é uma política de AE financiada pelo MEC.

Processos seletivos da UNIVASF

São elaborados Editais para o processo de seleção de Bolsas e Auxílios da Univasf. Cada Edital refere-se a uma modalidade específica, distribuindo essas modalidades como elencadas acima, por campus. Cada processo dura em média quatro meses, desde a elaboração do Edital até o resultado final, passando entre esses, o período de divulgação, de inscrição (que é feita através de site específico, www.pae.univasf.edu.br, com preenchimento de questionário socioeconômico online e inserção de documentos necessários no mesmo site), análise do questionário e das documentações inseridas, entrevistas sociais, resultado parcial e recurso, cabendo em alguns casos, visita domiciliar, independente do momento do processo. Envolve todo corpo da equipe técnica, incluindo assistentes sociais, técnicos administrativos e Pró-Reitor.



Orçamentos destinados a AE na UNIVASF

Para que possa ocorrer o processo seletivo a cada ano, o governo determina o valor do orçamento a ser destinada a Assistência Estudantil e assim subdividido entre as IFES. De 2005 a 2007, as ações não eram financiadas pelo PNAES, mas sim pelos próprios recursos destinados a Universidade. De 2008 a 2012 a Instituição não entrou com contrapartida orçamentária, deixando o financiamento a cargo apenas do orçamento destinado ao PNAES. De 2013 a 2015 os recursos para Assistência Estudantil foram financiados tanto pelo PNAES quanto pela própria instituição. Em 2015 houve corte de trinta por cento do orçamento da UNIVASF e nesse sentido, a contribuição orçamentária da Instituição caiu consideravelmente como mostra o quadro abaixo, mas em compensação, os valores destinados ao PNAES vieram sempre aumentando, desconsiderando nesse comentário, o ano de 2015, que ficou R\$ 141.804,00 menos que em 2014:

Quadro 4 – Financiamento da Assistência Estudantil na UNIVASF

FINANCIAMENTO PNAES UNIVASF			
Valores financiados pelo Governo em milhões de reais	Contrapartida da UNIVASF em reais	TOTAL	Ano
428.240,60	-	428.240,60	2008
594.970,00	-	594.970,00	2009
1.593.720,00	-	1.593.720,00	2010
1.826.571,00	-	1.826.571,00	2011
1.868.932,00	-	1.868.932,00	2012
3.763.419,00	17.079.094,36	20.842.513,36	2013
4.795.358,00	2.280.000,00	6.075.358,00	2014
4.653.554,00	469.000,00	5.122.554,00	2015

Fonte (www.sigabrasil.gov.br/abril 2016/ PROAE-UNIVASF/2016)

Apresentações dos indicadores das ações da PPAE da UNIVASF

A seguir serão desdobradas as quantidades de modalidades e estudantes atendidos nas ações de AE da UNIVASF, entre os anos de 2005 a 2015.

Conforme quadro abaixo, no ano de 2006 e 2007 havia apenas uma modalidade de auxílio, que era o auxílio alimentação, contemplando na época, cerca de 25 estudantes. A partir de 2008 o avanço gradativo do número de modalidades de bolsas e auxílios (Bolsa Permanência, Auxílio Permanência, auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação) foi aumentando e consequentemente o número de estudantes atendidos também, totalizando 3.320 estudantes contemplados em 2015, configurando em torno de 50% de atendimento aos estudantes da UNIVASF



na atualidade, considerando que a Instituição contou com mais de cinco mil estudantes matriculados naquele ano.

Quadro 5 - BOLSAS E AUXÍLIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de modalidades de bolsas e auxílios ofertados	*	01	01	03	03	04	04	05	08	07	10
Nº de estudantes atendidos	*	25	25	510	1.028	1.993	1.215	1.349	1.693	2.657	3.320

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

Em 2011 a Univasf inaugurou a Residência Estudantil no campus São Raimundo Nonato, atendendo o número de 21 estudantes e em 2012 inaugurou a segunda residência no campus de Ciências Agrárias, contemplando ao todo, no ano de 2012, 44 estudantes. Atualmente está acolhendo 58. Esse número se justifica devido ao prédio não ter condições espaciais de comportar mais estudantes, e também a não ampliação da obra. No momento está sendo desenvolvido o projeto arquitetônico dos campi Petrolina/PE e de Juazeiro/BA.

Quadro 6 - RESIDÊNCIA ESTUDANTIL											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº campus atendidos	*	*	*	*	*	*	01	02	02	02	02
Nº de estudantes atendidos	*	*	*	*	*	*	21	44	46	52	58

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

Em 2009 começaram a circular ônibus no campus Senhor do Bonfim e em São Raimundo Nonato atendendo. Até início de 2014, a UNIVASF tinha contrato com empresa de ônibus para transportar os estudantes até o campus de Ciências Agrárias, mas em 2015 foram comprados seis ônibus para atender exclusivamente esse campus e mais os campi de Petrolina Centro e Juazeiro, percorrendo pontos estratégicos na cidade, ficando mais acessível e mais próximo das casas dos estudantes, encerrando assim o contrato com a empresa anteriormente citada e atendendo apenas com os ônibus da Univasf. O único campus que não transporta estudantes é o de Paulo Afonso, por



enquanto. Em atendimento as demandas que surgiram ao longo dos anos, o transporte estudantil alcançou 4.000 estudantes em 2015, atingindo em torno de 80% de todo o alunado, incluindo estudante com deficiência, o que fez com que fossem comprados ônibus adaptados para esse fim

Quadro 7 - TRANSPORTE ESTUDANTIL											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº campus atendidos	01	01	01	01	02	03	03	02	03	03	05
Nº de estudantes atendidos	*	*	*	*	700	700	700	700	700	700	4000

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

O apoio a eventos acadêmicos externos foi realizado em 2013, atendendo um total de 64 estudantes, e no final do mesmo ano, em reuniões da CAE foi deliberado que o recurso do PNAES seria destinado às seleções de bolsas e auxílios, pois as demandas maiores eram nesse sentido.

Quadro 8 – PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL EM EVENTOS											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº campus atendidos	*	*	*	*	*	*	*	*	64	*	*

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

A CAE surgiu em 2012, mas em 2009 as decisões da Assistência Estudantil foram feitas pela Comissão Provisória de Assistência Estudantil, não era regulamentada pelo Conselho Universitário, mas dirigia as questões relacionadas aos auxílios e realizou dez reuniões sobre o assunto. Apenas em 2012 a CAE foi oficializada e desde então as reuniões ordinárias acontecem todo mês e algumas vezes há necessidade de reuniões extraordinárias e as mesmas são realizadas entre os campi. Nelas são tratadas as pautas relativas às ações da AE até os dias de hoje.



Quadro 9 – CÂMARA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Existência da Câmara de Assistência Estudantil	*	*	*	*	*	*	*	**	x	x	X
Nº de reuniões da CAE realizadas	*	*	*	*	**10	*	*	08	20	12	11

*Não há registro

**Comissão Provisória de Assistência Estudantil, sem regulamentação pelo Conselho Universitário.

Fonte: RESENDE (2016).

A PROAE também apoiou eventos voltados a temas das ações afirmativas e combate a homofobia, machismo e racismo, sendo uma em 2013 e 2014 e cinco em 2015. Esses eventos incluíram palestras, seminários, encontros em praças públicas e exibição de filmes de curta e longa metragem com temas culturais e específicos.

Quadro 10 – EVENTOS DE COMBATE AO RACISMO, MACHISMO, HOMOFOBIA, ETC, REALIZADOS EM PARCERIA COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de eventos realizados	*	*	*	*	*	*	*	**	01	01	05

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

O PEMD, Programa de Elaboração do Material Didático é voltado a estudantes dos cursos de engenharias, prioritariamente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, começando em 2011 e existe até os dias de hoje

Quadro 11 – PROGRAMA DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (PEMD)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de eventos realizados	*	*	*	*	*	*	x	x	x	x	X

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

Aos jogos estudantis a PROAE deu apoio no ano de 2008 e de 2012 a 2015. Participação nos jogos estudantis de Pernambuco foi apenas no ano de 2011, pois não houve mais esse evento.



Quadro 12 – APOIO À REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de eventos realizados	*	*	*	X	*	*	**	X	X	X	X
APOIO À PARTICIPAÇÃO NOS JOGOS ESTUDANTIS											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de eventos realizados	*	*	*	*	*	*	X	**	**	**	**

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

Outro apoio dado foi ao Projeto de extensão Ampliando Horizontes, desenvolvido em 2015, em escolas de comunidade carente do interior, voltado a explicar as políticas de ações afirmativas desenvolvidas no Brasil, inclusive na UNIVASF, como forma de mostrar a estudantes de ensino médio que podem sonhar com o ensino superior, sendo eles abraçados pelas políticas de AE voltadas a sua entrada e permanência na Universidade.

Quadro 13 – APOIO AO PROJETO AMPLIANDO HORIZONTES											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de eventos realizados	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).

O apoio pedagógico foi executado no ano de 2013, quando a PROAE contava com uma pedagoga, a qual no ano de 2014 mudou de setor na Univasf, ficando a Pró- Reitoria de Assistência Estudantil impossibilitada de auxiliar o alunado nesse sentido.

Quadro 14 – APOIO PEDAGÓGICO											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ano de realização dessa ação	*	*	*	*	*	*	*	*	X	*	*

*Não há registro

Fonte: RESENDE (2016).



Considerações Finais

Esse proposto atendeu aos objetivos quanto à apresentação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil da UNIVASF, fazendo um estudo minucioso de todas as práticas desenvolvidas até o momento.

O trabalho mostrou a importância do PNAES para o desenvolvimento da AE nas Instituições e para o crescimento do atendimento aos estudantes vulneráveis. Esse trabalho também mostrou que o programa desenvolvido nas ações escolhidas democraticamente nas reuniões da CAE foi considerável, pois já passam de 10 (dez) anos de pleno desenvolvimento das ações e a Câmara de Assistência Estudantil, desde seu surgimento, vem aperfeiçoando nas decisões. Esse contexto confirma mais uma vez a democratização na educação atual, como citada no início desse trabalho. Nada mais justo do que permitir a participação dos estudantes num cenário que irá favorecer as demandas deles mesmos. A PROAE configura-se como uma Pró-Reitoria deliberativa.

Entende-se que, nem todas as ações instituídas pelo PNAES foram desenvolvidas na UNIVASF, mas a questão não se torna inválida, pois, as escolhas das modalidades são adequadas às demandas levantadas nessas reuniões de acordo a necessidade de cada campus e do perfil dos estudantes deles, tornando as ações adotadas, eficazes em cada caso, não se configurando grande prejuízo, não atingir todas as ações estipuladas pelo PNAES. Uma falha notada nesse contexto é a contradição entre a liberdade de participação dos estudantes e a pouca efetividade dessas participações, embora cada reunião seja divulgada antecipadamente, a participação dos estudantes é mínima, sendo pertinente maior e melhor divulgação entre os interessados para adequada participação no que lhes interessa.

As Políticas Públicas de Assistência Estudantil são muito atuais e nesse sentido, podem ser consideradas ainda muito frágeis, pois, são protegidas exclusivamente apenas por dois Decretos muito recentes, Decretos esses que podem não dar muita base para continuidade desse Plano em outros governos devido a AE não está amparada por Lei, poderá perfeitamente não ser prioridade em outras pautas governamentais, havendo assim, uma descontinuidade em seu crescimento e desenvolvimento, principalmente na base orçamentária, acarretando então em prejuízos ao atendimento dessa classe de estudantes que serão desassistidos. Essa é uma grande preocupação nesse meio.

A UNIVASF, desde o ano de 2013 vem dando contrapartidas orçamentárias para auxiliar no montante de recursos destinados a AE na Instituição, uma atitude interessante quando falamos de um cenário em que a demanda está cada vez mais crescente, pois, a cada ano, com o ENEM e as cotas dando abertura para entrada de mais estudantes com alto grau de vulnerabilidade, impacta positivamente no atendimento desses, considerando ainda o cenário legal e nacional. Em 2013, o montante foi de R\$ 17.079.094,36, em 2014 diminuiu para R\$ 2.280.000,00, chegando em 2015 ao



valor de R\$ 469.000,00. A diminuição da contrapartida se deu devido aos cortes de 30% de investimentos do governo nas Universidades no ano de 2015 e isso impactou no repasse de recurso para a AE. É importante frisar que as contrapartidas das Universidades mostra sua preocupação com seus estudantes em situação de alta vulnerabilidade, mas isso não exclui a participação efetiva do orçamento do governo através do PNAES e seu orçamento, pois um sem o outro não basta, pensando ainda num cenário em que um só também ainda não é suficiente.

Esse trabalho mostrou que outras pesquisas ainda precisam ser feitas. Apesar da democracia existente nas escolhas das ações desenvolvidas na PROAE, não há a certeza de que o atendimento está sendo o mais justo e eficiente possível. Também não há estudos sobre a relação do recebimento dos benefícios e a diminuição da repetência e evasão. Outra pesquisa que poderá ser feita é sobre a eficiência das ações no sentido de alcance do seu fim, que é fazer o estudante ter condições de entrar e de fato permanecer na Universidade até terminar o seu curso e esse ser de qualidade, com alcance de ideal desempenho acadêmico, ou seja, passar os semestres com médias de qualidade. Um ponto a ser pesquisado também é o real perfil socioeconômico dos estudantes da UNIVASF para uma melhor adequação das PPAEs e planejamento das mesmas.

Nesse caminho entre Política Pública e Assistência Estudantil busca-se a base para o equilíbrio entre os efeitos positivos e cumpridores de seus propostos. Para a adequação dessas políticas pode-se dizer que muito já se elevou e conquistou, mesmo com todas as fragilidades mostradas, mas como toda conquista bem almejada, muito ainda precisa ser feito na UNIVASF, no Brasil. Deve ser reconhecida a importância do fazer bem feito, num cenário em que o problema já vem de berço, ou seja, da educação básica e assim os estudantes vulneráveis seguem até o ensino superior na esperança de dias melhores. O ideal seria que não houvesse necessidade desse tipo de política, mas como a dívida social cobra esse reparo de muitos anos, nada melhor do que abraçar a causa com esmero e buscar a mais adequada forma de solução, senão remendo, mas o mais importante é dar oportunidade aos estudantes de baixa renda ter subsídios para uma boa formação acadêmica e com isso, alcançarem seu futuro de maneira mais digna e que nessa passagem a AE seja sua amparadora de uma formação melhor.

Referências

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. **Avaliação da Implementação do PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica. UNIVALI. Itajaí (SC) 2013.

ANDIFES. **Assistência ao Estudante de Ensino Superior (PNAES) 2013**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/PNAES.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016.

ANGELIM, Isabel Cristina Sampaio. **A Construção do Público pelo Público no Universo das Políticas Públicas de Assistência Estudantil: O caso da câmara de assistência estudantil (CAE) na**



Universidade Federal do Vale do São Francisco. UFBA- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 de mar. 2016.

_____. **Decreto n 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. **Decreto n 7.416, de 19 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007**–Instituiu a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - DBE. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. **Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. **Lei 10.473, de 27 de junho de 2012.** Instituiu a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/acessoainformacao/arquivos/lei_10473.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. **Lei 12.701, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 14 abr. 2016.

CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras.** Lavras – MG. 2013.

COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.

COOPER, Donald R. SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** Porto Alegre: Bookman. 7 ed, 2003.

COSTA, Simone Gomes. **A Permanência na Educação Superior no Brasil:** Uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária da América do Sul. Florianópolis, Brasil. 25 a 27 nov. 2009.

FONAPRACE. **Ata da Reunião Ordinária do FONAPRACE.** Disponível em: <<http://fonaprace.andifes.org.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.



MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre a instituição do PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **Fonaprace** – Histórias, Memórias e múltiplos Olhares. ANDIFES – UFU, PROEX, Vol. 01, p. 01-212, 2012.

PAULA, Vicente de. Execução da Ação 4002 – **Assistência ao Estudante do Ensino Superior.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ltHbBB3jfGAJ:www2.camara.leg.br/atividade-de-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/apresentacoes-de-audiencias-e-seminarios/vicente-de-paula-audiencia-publica-15-09-15/view+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. P.01-134.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** Uma revisão da Literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

UNIVASF. **Processos Seletivos.** Disponível em: <http://www.proae.univasf.edu.br/index.php/processos-seletivos>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** 2. Ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. Pág. 01-160.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

RESENDE, A.X.; CAFFÉ FILHO, H. P.; OMAKI, E.T. A Política Estudantil praticada pela Universidade Federal do vale do São Francisco – UNIVASF. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Julho de 2016, vol.10, n.30. Supl. 1 p. 27-49. ISSN 1981-1179.

Recebido: 14/04/2016.

Aceito: 20/04/2016